



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

REQUERIMENTO Nº 099/2026

REQUER QUE A MESA DIRETORA OFICIE O PREFEITO MUNICIPAL, SEMAD, SEFAZ, CGM E DEMAIS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA PRESTAR INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE A AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, POSSÍVEIS FALHAS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E A RECORRÊNCIA DE CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.

Autor: Anderson Moratório - **PRD**

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos dos artigos 202 e 206, VI, do Regimento Interno, depois de cumprido o rito regimental e ouvido o soberano Plenário desta Casa de Leis, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Aurelio Ramos, a Secretaria Municipal de Administração - **SEMAD**, a Secretaria Municipal de Fazenda - **SEFAZ**, a Controladoria Geral do Município - **CGM** e demais órgãos competentes, para que apresentem informações oficiais, técnicas e detalhadas acerca do planejamento e execução das contratações públicas no exercício de 2025 e 2026.

Assim, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 26, XI, da Lei Orgânica do Município, requer-se que o Poder Executivo informe:

1. Planejamento das contratações – PCA

✓ *Informar, de forma objetiva e documental, se o Município elaborou e publicou o Plano de Contratações Anual (PCA) referente aos exercícios de 2025 e 2026.*

Em caso positivo:

- ✓ *Encaminhar cópia integral dos documentos;*
- ✓ *Informar datas de elaboração, aprovação e publicação;*
- ✓ *Identificar os responsáveis técnicos pela elaboração;*
- ✓ *Informar se houve revisão, atualização ou descumprimento do plano ao longo do exercício.*

Em caso negativo:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

- ✓ *Apresentar justificativa técnica formal para a ausência do PCA;*
- ✓ *Informar quais instrumentos de planejamento substituíram o PCA, se houver.*

2. Falhas nos processos licitatórios:

Informar o quantitativo de processos licitatórios realizados entre 2025 e 2026, com detalhamento de:

- ✓ *Processos concluídos com êxito;*
- ✓ *Processos desertos;*
- ✓ *Processos fracassados;*
- ✓ *Processos revogados ou anulados.*

Para os casos de insucesso, informar:

- ✓ *Justificativas técnicas apresentadas;*
- ✓ *Se houve falha na elaboração de termos de referência ou estudos técnicos preliminares;*
- ✓ *Impactos gerados na continuidade dos serviços públicos;*
- ✓ *Informar ainda quais medidas estruturais foram adotadas para corrigir essas falhas e evitar reincidência.*

3. Contratações emergenciais reiteradas

Informar, de forma detalhada, todas as contratações realizadas por dispensa de licitação sob alegação de emergência nos exercícios de 2025 e 2026.

Para cada contratação, apresentar:

- ✓ *Objeto;*
- ✓ *Secretaria demandante;*
- ✓ *Valor contratado;*
- ✓ *Prazo de vigência;*
- ✓ *Fundamentação técnica que justificou a emergência.*

Informar expressamente:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

- ✓ *Se os objetos contratados emergencialmente eram previsíveis e deveriam constar no planejamento anual;*
- ✓ *Se houve repetição de contratações emergenciais para o mesmo objeto;*
- ✓ *Quais medidas foram adotadas para evitar a caracterização de “emergência fabricada” decorrente de ausência de planejamento.*

4. Responsabilização e controle interno:

Informar se a Controladoria Geral do Município:

- ✓ *Identificou falhas no planejamento das contratações;*
- ✓ *Apontou irregularidades em processos licitatórios;*
- ✓ *Emite alertas sobre uso indevido de contratações emergenciais.*

Em caso positivo:

- ✓ *Encaminhar cópia dos relatórios, auditorias e recomendações;*
- ✓ *Informar se houve instauração de processos administrativos para apuração de responsabilidades.*

5. Transparência e controle social:

Se o Plano de Contratações Anual (PCA) está disponível e atualizado no Portal da Transparência;

- ✓ *Se os processos licitatórios e contratações emergenciais estão sendo divulgados de forma completa e acessível;*
- ✓ *Quais mecanismos estão sendo adotados para garantir o controle social sobre as contratações públicas.*



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ANDERSON MORATORIO

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento decorre de denúncias consistentes que apontam graves falhas no planejamento das compras e serviços do Município. O uso recorrente de "**contratações emergenciais**" para suprir demandas que são perfeitamente previsíveis sugere uma desorganização administrativa que pode causar prejuízo aos cofres públicos.

A contratação emergencial deve ser a exceção, não a regra. Quando a Prefeitura deixa de usar o **Plano de Contratações Anual (PCA)**, ela abre mão de comprar melhor e mais barato, optando por contratos apressados que fogem da ampla concorrência e ferem a transparência que o cidadão exige.

Nesse contexto, a falta de planejamento adequado não é apenas um erro burocrático, mas uma falha de gestão que compromete a qualidade dos serviços prestados à população e levanta dúvidas sobre o respeito aos princípios da moralidade e da eficiência.

Ressalte-se que esta iniciativa possui caráter estritamente fiscalizatório. O Poder Legislativo não pode ser omissor diante de indícios de banalização de dispensas de licitação, tendo o dever de proteger o erário e assegurar que cada centavo do povo seja gasto com responsabilidade.

Diante do exposto, como legítima **Voz do Povo** nesta Casa de Leis, **CONCLAMO** o Poder Executivo Municipal para que preste os esclarecimentos requeridos, com a transparência e a celeridade que a gravidade do tema exige.

Parauapebas, 20 de março de 2026.

Anderson Moratorio
Vereador - PRD